CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
CNPJ 78.844.834/0001-70
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.
Fone: (44)-4009-1750
E-mail: camara@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br

# PROJETO DE LEI Nº 2822/19

**Autor: Mesa Diretora.**

**Altera o texto da Lei Nº 2.470, de 07 de fevereiro de 2019, que trata sobre a concessão de diárias a vereadores e servidores do Poder Legislativo de Sarandi e dá outras disposições.**

**O Plenário da Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, aprova a seguinte Lei:**

**Art. 1º** Fica alterada a redação dos artigos, parágrafos e incisos da Lei Nº 2.470, de 07 de fevereiro de 2019, que passam a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 1º (...)**

**I – para reuniões, previamente marcadas com autoridades do Executivo, Legislativo ou Judiciário, estadual ou federal para tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo ou do Município de Sarandi, somente no exercício da vereança; (NR)**

**(...)**

**§ 2º Os vereadores ou servidores que não apresentarem em 5 (cinco) dias os documentos que atestem a comprovação e a necessidade da viagem, conforme Anexo III, deverão restituir o valor repassado pelo Poder Legislativo em forma de diária(s), em sua totalidade, no prazo de até 5 (cinco) dias, findado o prazo de apresentação dos documentos.**

**§ 3º Serão restituídas em sua totalidade, no prazo de até 5 (cinco) dias, às diárias recebidas pelo vereador ou servidor quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o afastamento ou creditadas em excesso, bem como taxas de inscrições em cursos, treinamentos, palestras, seminários, entre outros custeados pela Câmara Municipal.**

**§ 4º O disposto do §3º não se aplicará caso existir justificativa, plausível, dos motivos que levaram a se ausentar, apenas para taxas de inscrições em cursos, treinamentos, palestras, seminários, entre outros custeados pela Câmara Municipal.**

**§ 5º A não restituição dos valores das diárias, nos termos dos §§§ 2º, 3º e 3º-A deste artigo, implicará em descontos nos subsídios ou vencimentos, do valor das diárias recebidas em excesso e taxas de inscrições em cursos, treinamentos, palestras, seminários, entre outros custeados pela Câmara Municipal, além da abertura de processo administrativo, salvo o disposto no §4º, com juros e correção monetária. (NR)**

**(...)**

FLS. 2

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
CNPJ 78.844.834/0001-70
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.
Fone: (44)-4009-1750
E-mail: camara@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br

2822/19

# PROJETO DE LEI Nº 2822/19

**Art. 3º Os vereadores e servidores do Poder Legislativo Municipal que se deslocar da sede da Câmara Municipal de Sarandi, nos casos previstos no art. 1º desta lei, que solicitarem diárias em conformidade com o modelo constante no Anexo II desta lei, desde que autorizado pela Presidência, farão jus a percepção de diárias de viagem para fazer face às despesas com alimentação, estadia e locomoção urbana no local de destino. (NR)**

**(...)**

**Art. 4º A concessão de diária fica condicionada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira, observado os princípios da razoabilidade, necessidade e economicidade. (NR)**

**(...)**

**Art. 10 Os vereadores e servidores deverão encaminhar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, solicitação de diárias e afastamento ao Presidente da Câmara, em conformidade com o Anexo II desta lei.**
**§1º As solicitações de diárias para assessores deverão ser ratificadas pelo vereador responsável do mesmo. (NR)**

**(...)**

**Art. 11 (...)**
**II – o evento do qual participará custear, por meio diverso, as despesas de pousada ou alimentação; (NR)**

**(...)**

**Art. 13 Além dos comprovantes constantes no § 1º do art. 1º desta lei, o vereador ou servidor que receber diárias é obrigado a apresentar Relatório da Viagem em até 5 (cinco) dias após o retorno a sede.**
**§ 2º O vereador ou servidor que não apresentar o Relatório de Viagem, dentro do prazo previsto no caput deste artigo e contendo os dados, conforme o §1º, sofrerá os descontos do valor das diárias recebidas nos subsídios ou nas remunerações seguinte, com juros e correção monetária. (NR)**

**(...)**

**Art. 14 As passagens para viagens, devem ser solicitadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo vedado o reembolso de passagens aéreas ou rodoviárias.**
**§ 1º Aquelas viagens cuja data da solicitação seja inferior a 30 (trinta) dias da viagem devem ser justificadas e autorizadas pelo Presidente da Câmara, em sendo este o solicitante, caberá ao Controlador Interno autorizar.**

# PROJETO DE LEI Nº 2822/19

**§ 2º As autorizações devem atender aos seguintes procedimentos: (NR)**

**(...)**

**§ 4º Casos de solicitação de cancelamento de bilhetes aéreos ou rodoviários, serão analisados conforme o caso, sendo que, não existindo justificativa plausível dos motivos que levaram ao cancelamento, taxas e demais cobranças serão de responsabilidade do solicitante por meio de desconto, em parcelas iguais de até 20% da remuneração ou do subsídio, em folha de pagamento nos meses seguinte. (NR)**

**(...)**

**Art. 15 É obrigatório constar no assentamento funcional dos vereadores e servidores os seguintes dados:**
**I – cursos realizados, devidamente digitalizados e arquivados de forma organizada, cronológica em arquivo próprio com backup;**
**II – discriminação detalhada dos assuntos abordados no curso." (NR)**

**Art. 2º** Fica alterada a redação do Capítulo IX da Lei Nº 2.470, de 07 de fevereiro de 2019, que passam a vigorar com a seguinte redação:

**"CAPÍTULO X**
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS" (NR)**

**Art. 3º** A Lei Nº 2.470, de 07 de fevereiro de 2019, passará a vigorar acrescida dos seguintes artigos, parágrafos e inciso:

**"Art. 1º (...)**
**§ 3º-A Serão também restituídas em sua totalidade, no prazo de até 5 (cinco) dias, às diárias recebidas pelo vereador ou servidor quando a participação ou aproveitamento for inferior a 80% (oitenta por cento). (AC)**

**(...)**

**Art. 5º (...)**
**Parágrafo Único – Caso a solicitação seja deferida, o Presidente deverá publicar a Portaria de Concessão, contendo os seguintes itens:**
**I – nome, cargo/função e CPF do requisitante;**
**II – quantidade de diárias concedidas;**
**III – valor da diária e do evento;**
**IV – local de destino e período a que se refere à diária;**
**V – finalidade com a devida justificativa;**
**VI – meio de transporte;**
**VII – número do processo administrativo; e**

FLS.

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
CNPJ 78.844.834/0001-70
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.
Fone: (44)-4009-1750
E-mail: camara@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br

# PROJETO DE LEI Nº 2822/19

VIII – previsão legal. (AC)

(...)

Art. 10 (...)
§2º Será necessário que a solicitação (Anexo II) esteja devidamente preenchido e fundamentado, devendo conter:
I – nome/CPF/matrícula do requisitante;
II – o cargo e/ou a função;
III – responsável;
IV – motivo do deslocamento;
V – programação do evento do qual participará;
VI – demonstração do interesse público no pretendido deslocamento;
VII – data e horário previstos para saída e retorno;
VIII – informar sobre a reserva do carro oficial junto ao Chefe de Gabinete ou a necessidade de aquisição de passagens.
§3º A solicitação de diária do servidor deverá estar devidamente autorizada pelo Diretor imediato, e pelo vereador quando assessor. (AC)

(...)

## CAPÍTULO IX
## DO VEÍCULO OFICIAL

Art. 14-A Os veículos somente poderão ser conduzidos por servidor ou vereador devidamente habilitado, portando a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), válida e compatível com o tipo de veículo que o condutor utilizará.
Art. 14-B Para a cessão do veículo, o interessado deverá:
I – agendar com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, verificando a disponibilidade do veículo na data da viagem;
II – ter efetuado a inscrição do curso ou agendamento prévio de reuniões, eventos, congressos, visitas, etc.;
III – enviar o agendamento junto a solicitação de diária;
IV – enviar os documentos necessários para liberação do veículo, assinando o termo de compromisso.
§1º Os documentos em que falam no inciso IV, se referem à:
I – Requisição preenchida, conforme modelo fornecido, em que assume inteira responsabilidade pelos débitos correspondentes a infrações de trânsito, tanto quanto outros que venham a ser imputados ao veículo durante sua utilização e que autoriza expressamente o desconto destes débitos em folha de pagamento, além de informar todos os dados nos campos específicos.
II – O extrato de pontuação da CNH do solicitante, assim como a cópia do documento.

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
CNPJ 78.844.834/0001-70
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.
Fone: (44)-4009-1750
E-mail: camara@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br

# PROJETO DE LEI Nº 2822/19

**Art. 14-C Estando o veículo em viagem, o abastecimento poderá ocorrer, extraordinariamente, em qualquer posto de combustível, devendo o motorista, caso deseje o ressarcimento, solicitar a Nota Fiscal em nome da Câmara Municipal de Sarandi – PR, com os seguintes dados:**
**I – CNPJ 78.844.834/0001-70;**
**II – Endereço Avenida Maringá, 660 – Sarandi-PR;**
**III – Especificar volume abastecido, em litros;**
**IV – Identificação do veículo; e**
**V – A quilometragem no momento do abastecimento.**
**Parágrafo Único – A solicitação de ressarcimento deverá ser encaminhada à Divisão de Contabilidade quando do retorno.**
**Art. 14-D As infrações de trânsito competem ao condutor que fizer a requisição.**
**§1º Após tomar ciência do auto de infração, o condutor deverá pagar a multa ou interpor recurso junto ao órgão de trânsito competente, devendo, para isso, preencher o auto-original.**
**§2º O condutor terá direito à ampla defesa e ao contraditório junto aos órgãos de trânsito competentes podendo recorrer, se assim desejar, arcando com as responsabilidades que por ventura advenhir de recursos indeferidos.**
**§3º No caso do condutor se recusar a pagar o auto de infração, após o uso dos princípios da ampla defesa e contraditório, e tiver contra si a caracterização da infração e a responsabilidade pelo pagamento da multa, caberá a Câmara Municipal o pagamento, devendo ser notificado antes, e descontado em Folha de Pagamento.**
**§4º Na notificação da multa ao responsável, deverá ser lavrado termo de recebimento com a presença de 2 (duas) testemunhas.**
**§5º A quitação da multa não exime o servidor ou o vereador de responder eventual sindicância ou processo administrativo equivalente para apuração de responsabilidade.**
**§6º Caso o condutor do veículo no momento da infração não se identifique voluntariamente após a notificação, será considerado como responsável, para todos os fins, o requisitante do mesmo, sendo esse indicado aos órgãos competentes.**
**§7º É expressamente vedada a apresentação de terceiros – como parentes, amigos ou mesmo servidores não participantes da viagem – como condutores do veículo quando da infração, sob pena de configuração como ato de improbidade administrativa, nos termos dos Artigos 10 e 11, da Lei Federal nº8.429/92. (AC)**

**(...)**

**Art. 17-A Fica vedado o pagamento de:**
**I – diárias:**

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
CNPJ 78.844.834/0001-70
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.
Fone: (44)-4009-1750
E-mail: camara@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br

2822/19

# PROJETO DE LEI Nº

**a) a pessoa que não seja agente público do Poder Legislativo, salvo caso de servidor cedido;**
**b) quando a hospedagem, alimentação e deslocamento ao evento for custeada pela entidade promotora do evento ou terceiros;**
**c) eventos que ocorram em finais de semana ou feriados;**
**d) para capacitação que, preferencialmente, gratuita e que possa ser realizada de forma *online*, como os disponibilizados pela Escola de Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;**
**e) a vereadores e servidores comissionados nos últimos 3 (três) meses da Legislatura;**
**f) em prazo inferior à 2 (dois) anos, para cursos já realizados, com mesmo conteúdo programático, salvo se justificadamente o novo curso seja de interesse público notório;**
**g) por qualquer motivo, em prazo inferior ao disposto no Art. 10, para cursos;**
**h) em prazo inferior ao disposto no Art. 10, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado e comprovado documentalmente, quando não for para cursos;**
**i) a vereadores para:**
**1 – protocolar qualquer documento que possa ser por via *online*;**
**2 – protocolar qualquer tipo de solicitações de emendas Estaduais ou Federais;**
**3 – visitar autoridades ou participar de eventos que competem ao Chefe do Poder Executivo.**
**II – de indenizações ou o ressarcimento posterior ao evento que deu origem ao pedido, salvo caso de verificação de despesas imprevisíveis e de força maior, devidamente justificadas e comprovadas documentalmente." (AC)**

**Art. 4º** Ficam alterados os Anexos II e III da Lei Nº 2.470, de 07 de fevereiro de 2019, que passam a vigorar conforme os Anexos I e II, desta Lei, respectivamente.

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Plenário Adércio Marques da Silva** 10 dias do mês de Junho de 2019.

## JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei visa através de ato normativo legal dispor sobre a concessão de diárias a vereadores e servidores do Poder Legislativo de Sarandi.

É importante salientar que com este Projeto de Lei busca dar melhor transparência dos atos que se refiram à concessão das diárias, assim como, dos procedimentos que requisitantes e requisitados deverão praticar para utilização de verbas com diárias, visando

**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**
**CNPJ 78.844.834/0001-70**
**Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.**
**Fone: (44)-4009-1750**
**E-mail: camara@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br**

# PROJETO DE LEI Nº 2822/19

sempre eficiência e probidade dos gastos e o interesse público, assim como atender ao disposto na Recomendação Administrativa Nº 002/2019 do MPPR e o Relatório elaborado pelos servidores Vagner, Marcela e Keitty.

Desde já, contamos com a colaboração dos nobres colegas quanto ao Projeto, haja vista que não é uma opção para este Legislativo, mas sim uma obrigação moral em se adequar a legalidade.

**EUNILDO ZANCHIM "NILDÃO"**
**Presidente**

**ELIANA TRAUTWIEN SANTIAGO**
**Vice-Presidente**

**CILAS SOUZA MORAIS**
**1º Secretário da Câmara**

**CARLOS ROBERTO FALASCHI "LEÃO"**
**2º Secretário da Câmara**

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
FLS.
8

**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**
**CNPJ 78.844.834/0001-70**
**Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.**
**Fone: (44)-4009-1750**
**E-mail: camara@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br**

2822/19

# PROJETO DE LEI Nº

**ANEXO I**

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS E AFASTAMENTO

| |
|---|
| **CPF/Matrícula/Requisitante:** |
| **Cargo/Função:** |
| **Responsável:** |

| |
|---|
| **MOTIVO DA VIAGEM:** |
| |
| **JUSTIFICATIVA:** |

**Período do Afastamento:**

| | |
|---|---|
| Saída: Horário | Chegada: Horário |
| **Localidade Destino:** | |

**Meio de Transporte:**

( ) Veículo Oficial ( ) Ônibus

( ) Avião ( ) Outros _____

**Diárias**

Quantidade: ( ) Valor: R$

**Dados Bancários: Beneficiário**

Ag _____ Conta _____ OP _____ Banco _____

**Assinatura do Requerente:** **Assinatura do Responsável:**

_____ Data: _____ _____ Data: _____

**Autorização da Presidência:**

**Defiro a solicitação nos termos acima descritos de acordo com a Lei 2.470/2019.**

_____ Data: _____

**Presidente**

| | |
|---|---|
| _____ **Controle Interno** | Data: _____ |

2822/19

**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**
**CNPJ 78.844.834/0001-70**
**Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.**
**Fone: (44)-4009-1750**
**E-mail: camara@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br**

# PROJETO DE LEI Nº 2.785/2019

**ANEXO II**

**RELATÓRIO DE VIAGEM** E/OU PEDIDO DE RESSARCIMENTO

| |
|---|
| **CPF/Matrícula/Nome:** |
| **Cargo/Função:** |
| **Responsável:** |
| |
| **RELATÓRIO DA VIAGEM:** |
| |
| |
| |

**Anexos:**

( ) Certificado

( ) Comprovante de deslocamento (táxi, Uber e outros)

( ) Comprovante de despesa de Combustível

( ) Outros _____

**Despesas a serem ressarcidas:**

Combustível Valor: R$_____

Outros: 1._____ Valor: R$ _____

2._____ Valor: R$ _____

**Por serem verdades as informações e comprovantes, firmo o presente.**

| | |
|---|---|
| **Assinatura do Requisitante:** | **Assinatura do Responsável:** |
| _____ Data_____ | _____ Data_____ |

**De acordo com a Prestação de Contas:**

_____ Data:_____

**Presidente**

_____ Data:_____

**Controle Interno**

10

2822/19

**CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI**
**CNPJ 78.844.834/0001-70**
**Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.**
**Fone: (44)-4009-1750**
**E-mail:** legisltivo@cms.pr.gov.br **Site:** www.cms.pr.gov.br

# RELATÓRIO SOBRE A RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N. 002/2019/MPPR.

**CONSIDERANDO** a Portaria Nº 046/2019, que nomeou os servidores Vagner Rafael Vaz, Marcela Fritz de Lima Muratori e Keitty Alves Pereira, para no prazo de 60 (sessenta) dias revisar os atos normativos do Poder Legislativo referente às diárias;

**EXPEDE-SE** o seguinte **RELATÓRIO** ao Presidente da Câmara Municipal de Sarandi, para que tome as medidas necessárias, sobre:

## ESPÉCIE DE ATO NORMATIVO

**1.1** Em se tratando de Prefeito e Vice-Prefeito esta vigente a Lei Nº 2.070, de 11 de março de 2014, contudo, é de autoria do Poder Executivo, logo, **SUGERE-SE** edição de nova lei de iniciativa do Poder Legislativo para tratar de diárias do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, uma vez que, as diárias deste último está disposta na Lei Nº 2.092, de 16 de julho de 2014, também de autoria do Poder Executivo;
**1.2** Não compete ao Poder Legislativo;
**1.3** Já há a Lei Nº 2.470, de 7 de fevereiro de 2019;
**1.4** Já há a Lei Nº 2.470, de 7 de fevereiro de 2019.

## HIPÓTESES DE PAGAMENTO

**2.1** Inclusão de dispositivo vedando o pagamento de diárias a pessoa que não seja agente público do Poder Legislativo na Lei Nº 2.470/2019;
**2.2** Já ocorre nas eventualidades que o veículo não está disponível ou que seja mais econômico para o Poder Legislativo;
**2.3** Já está previsto na Lei Nº 2.470/2019;
**2.4** Já está previsto na Lei Nº 2.470/2019;
**2.5** Já está previsto na Lei Nº 2.470/2019;
**2.6** Inclusão de dispositivo vedando o pagamento de diárias a agente público do Poder Legislativo quando a hospedagem, alimentação e deslocamento ao evento for custeada pela entidade promotora do evento ou terceiros, na Lei Nº 2.470/2019;
**2.7** Inclusão de dispositivo vedando o pagamento de diárias a agente público do Poder Legislativo em finais de semana e feriados, na Lei Nº 2.470/2019.

## VALOR DAS DIÁRIAS

**3.1** Já está previsto na Lei Nº 2.470/2019;
**3.2** A fixação das diárias se encontra no **Anexo I** da Lei Nº 2.470/2019;
**3.3** No Projeto de Lei Nº 2.785/2019 de autoria da Mesa Diretora não consta o estudo sobre os custos, logo, para que possa atender este ponto **SUGERE-SE** a realização do estudo para comparação em futura correção dos valores.

## MOTIVAÇÃO DA DIÁRIA

**4.1** Já está previsto na Lei Nº 2.470/2019;
**4.2** Inclusão de dispositivo vedando o pagamento de diárias a agente público do Poder Legislativo para capacitação que, notadamente, possa ser realizado de forma *on line,* na Lei Nº 2.470/2019.
**4.3** Inclusão de dispositivo onde as solicitações de diárias será necessário informar o objetivo da diária, anexar programação que consta diversas informações como: palestrantes e

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
CNPJ 78.844.834/0001-70
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.
Fone: (44)-4009-1750
E-mail: legisltivo@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br

# RELATÓRIO SOBRE A RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N. 002/2019/MPPR.

identificação da empresa. Sendo que, todas as solicitações de diárias são autorizadas pela Presidência após conferência do Controle Interno, para verificar se atende ao disposto na legislação;

***4.3** Inclusão de dispositivo vedando o pagamento de diárias a vereadores e comissionados do Poder Legislativo nos últimos 4 (quatro) meses do mandato, na Lei Nº 2.470/2019;

**4.4** Inclusão de dispositivo vedando o reembolso de despesas com passagens aéreas ou terrestres no Poder Legislativo, na Lei Nº 2.470/2019;

**4.5** Inclusão de dispositivo vedando o ressarcimento de despesas não previamente autorizadas, na Lei Nº 2.470/2019;

**4.6** Inclusão de dispositivo vinculando aos vereadores a diária somente ao exercício da vereança, na Lei Nº 2.470/2019;

**4.7** Não se utiliza motorista;

**4.8** Não há antecipação de numerário;

**4.9** Atos que já são praticados;

**4.10** Alterar dispositivos que tratam da restituição, na Lei Nº 2.470/2019.

## PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO

**5.1** Inclusão de informação do CPF e número da matrícula na solicitação de diária (Anexo I), da Lei Nº 2.470/2019;

**5.2** Será tratado, se for proposto Projeto de Lei para diárias do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários;

**5.3** Já está previsto competir ao Controle Interno na Lei Nº 2.470/2019;

**5.4** Inclusão de dispositivo vedando o pagamento de indenizações ou ressarcimento posterior o evento que deu origem ao pedido, na Lei Nº 2.470/2019;

**5.5** Inclusão de dispositivo que determina a publicação da solicitação de diária, na Lei Nº 2.470/2019;

**5.6** Ato que já é praticado;

**5.7** Ato que já é praticado;

**5.8** O disposto neste item convém ficar sob o poder discricionário da Presidência ou da Mesa, com as alterações sugeridas, devendo o mesmo observar os princípios da razoabilidade, moralidade, necessidade além de outros, primando sempre o interesse público;

**5. 9** Será acrescentado a Instrução Normativa Nº 002/2017 para esse ponto;

**5.10** Será acrescentado a Instrução Normativa Nº 002/2017 para esse ponto;

**5. 11** Inclusão de dispositivo vedando o pagamento de indenizações ou o ressarcimento posterior ao evento quando o pagamento de hospedagem, deslocamento e locomoção partir da Câmara Municipal, na Lei Nº 2.470/2019.

## COMPROVAÇÃO DO FATO GERADOR DE DIÁRIAS

**6. 1** Ato que já é praticado;

**6. 2** Ato que já é praticado;

**6. 3** Com o atendimento do item **4.10** este também será atendido;

**6. 4** Alteração do §5º do art. 1º com o seguinte texto "A não restituição dos valores das diárias, nos termos dos §§ 2º e 3º deste artigo, implicará em descontos nos subsídios ou vencimentos, do valor das diárias recebidas em excesso e taxas de inscrições em cursos, treinamentos,

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
CNPJ 78.844.834/0001-70
Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.
Fone: (44)-4009-1750
E-mail: legisltivo@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br

# RELATÓRIO SOBRE A RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N. 002/2019/MPPR.

palestras, seminários, entre outros custeados pela Câmara Municipal, acrescido de juros e correção monetária, além de outras penalidades cabíveis, na Lei Nº 2.470/2019;

**6. 5** Inclusão de dispositivos que veda indenizações ou o ressarcimento posterior ao evento não autorizadas, previamente pela Presidência ou a Mesa Diretora, salvo hipótese de urgência que torne a viagem imprevisível, desde que devidamente justificada e documentada para autorizar o pagamento, na Lei Nº 2.470/2019.

Segue Lei Nº 2.470/2019 com as sugestões de alteração em negrito e sublinhado com o referido item da recomendação.

Sarandi, 10 dias do mês de Junho de 2019.

**VAGNER RAFAEL VAZ**
**Diretor Legislativo da Câmara**
**legislativo@cms.pr.gov.br**

**MARCELA FRITZ DE LIMA MURATORI**
**Controlador Interno da Câmara**
**controle@cms.pr.gov.br**

**KEITTY ALVES PEREIRA**
**Procuradora da Câmara**
**procuradoria@cms.pr.gov.br**

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
FLS. 13